



FOTO: SERGIO SILVA

Educação e uma nova justiça criminal pela vida da juventude

Educação de qualidade contra a desigualdade

Entrevista: Joel Luiz Costa, criminalista

AGENDA DE LUTAS AGOSTO DE 2020

Investir em educação e transformar a justiça criminal pela vida da juventude

FOTO: ROBERTO PARIZOTTI



A construção de um projeto de país passa, necessariamente, por uma disputa sobre qual é o papel da educação pública, desde o nível mais básico até a pós-graduação. Não à toa, essa pauta

é uma das mais debatidas e visíveis no atual governo Bolsonaro. Mas enganar-se quem acredita que o governo federal não tem projeto e nada faz nesta área. Pelo contrário, o corte de investimentos,

a narrativa constante de deslegitimação das universidades públicas, de seus estudantes, funcionárias/os e professoras/es, a tentativa de ataque ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO E ORGANIZADOR DA EDIÇÃO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, LINDBERGH FARIAS, MÁRCIO JARDIM, VALTER POMAR

da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o esvaziamento das políticas educacionais que promovam o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, para ficar em alguns exemplos, são partes inquestionáveis de um projeto de país que pretende servir às elites brancas e saudosas da escravidão e de um tempo em que apenas filhas e filhos dos patrões e patroas cursavam faculdades.

É desta luta, em seus diferentes aspectos, que tratam alguns dos textos presentes nesta edição da Revista. Propusemos o tema, para além de sua importância e relevância no atual cenário, também em virtude do 11 agosto, Dia Nacional dos Estudantes. As perguntas que ficam para o debate são: será que a maioria das/os estudantes brasileiras/os têm o que celebrar neste dia? E, ainda, o que fazer para mudar a realidade daquelas e daqueles que são excluídos do direito de serem estudantes?

A construção de um projeto de país passa, necessariamente, por uma disputa sobre qual é o papel da educação pública, desde o nível mais básico até a pós-graduação.

Também no marco das datas de luta do mês de agosto, damos visibilidade ao Dia Internacional da Juventude, celebrado em 12 de agosto, trazendo, além de um artigo com a reflexão sobre os desafios das políticas públicas de juventude nas periferias do Brasil, uma entrevista sobre a história de vida de Kian Lemos, jovem militante de esquerda e fundador de um coletivo cultural e de uma produtora periférica em seu bairro. Como dissemos anteriormente, um projeto de país passa necessariamente por um projeto de educação, mas não só. Debater e fortalecer as políticas públicas de juventude são parte estratégica dessa construção.

Somente será possível garantir uma vida digna para milhões de jovens se interrompermos o atual projeto de genocídio da juventude negra e periférica, sendo necessário, para isso, uma mudança na justiça criminal brasileira. Este é o tema da entrevista que trazemos com Joel Luiz Costa, advogado criminalista que atende moradores na Favela do Jacarezinho (RJ). Manter atual política de drogas, ou buscar transformações apenas pontuais que tratem apenas de não criminalizar usuários sem modificar o papel do Estado no que diz respeito às políticas de segurança pública seguirá tendo como resultado o encarceramento e assassinato da população jovem negra.

Esta edição também traz uma fotografia de Sérgio Silva, no Slam Moinho Resiste, e uma poesia, *Depois do Messias*, de Emerson Alcalde, que, pela arte, nos permitem imaginar um futuro de muita luta, mas também de esperança no papel da educação e da juventude.

Enfrentar desigualdades com educação de qualidade

ERGON CUGLER DE MORAES SILVA, MARIA CAROLINA SANTANA DE BARROS E MARINA BERGSTROM PAREDES

ERGON CUGLER DE MORAES SILVA, MARIA CAROLINA SANTANA DE BARROS E MARINA BERGSTROM PAREDES SÃO PESQUISADORES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), DO PROJETO "FUNDEB EM FOCO", ASSOCIADOS AO OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE POLÍTICAS PÚBLICAS JOSÉ RENATO DE CAMPOS ARAÚJO (OIPP) E AO GRUPO DE ESTUDOS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA (GETIP) DA ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES (EACH).

Diante das desigualdades na educação pública, o Fundeb atua como instrumento para enfrentar a injustiça social. Porém, sua aprovação na Câmara ainda é o primeiro passo para assegurar uma lógica de financiamento que promova educação de qualidade.

Quem conhece a escola pública sabe, na prática, como a educação básica no Brasil é marcada por fortes desigualdades. Seja no acesso a serviços educacionais ou nos diferentes padrões de qualidade da educação, indicadores não faltam para reafirmar a realidade. De acordo com o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep), 26% das escolas não têm água encanada, mais da metade das escolas (54,4%) não tem biblioteca ou sala de leitura e cerca de 57% das escolas de ensino fundamental têm acesso à internet de banda larga.

No entanto, ainda que disparidades sigam latentes, o Estudo Técnico nº 24/2017 da Câmara dos Deputados aponta que sem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), tal desigualdade cresceria por volta de 71%, levando a diferença de custo aluno ano entre escolas públicas da rede básica a alcançar dez mil por cento no Brasil.

Sendo a principal fonte de financiamento das escolas públicas, o Fundeb tem seus recursos

distribuídos entre estados e municípios de acordo com fatores de ponderação para cada modalidade e etapa de ensino e considerando o número de matrículas. Entretanto, pensar a fundo desigualdades não passa apenas pela consideração da quantidade de matrículas, mas pela inclusão da reflexão de qualidade de ensino como fator de demanda por recursos.

Assim, o Custo Aluno Qualidade (CAQ) surge como alternativa à lógica de Valor Mínimo Aluno/Ano (VMAA), pois enquanto o VMAA observa o montante arrecadado, dividindo por matrículas, o CAQ busca posicionar a qualidade da educação como centralidade do debate do financiamento, fazendo com que tais critérios mínimos de qualidade passem a pautar o quanto então é necessário arrecadar, atrelando o financiamento à qualidade.

Segundo o estudo Fundeb em Foco¹ - que analisou todas propostas legislativas nos últimos 15 anos no Congresso Nacional relacionadas ao Fundeb -, apenas 5% das propostas trouxeram o debate acerca do CAQ. No campo prático das considerações de especificidades já previstas quanto às modalidades de ensino - balizadas por fatores de ponderação -, também não são observadas menções e propostas por meio da ação legislativa e executiva. O estudo também demonstra que existem apenas dezesseis projetos que mencionam ponderação de cálculo, de 58 propositivos quanto à destinação de recursos - ou seja, há mais propostas pensando distribuição de

recursos sem considerar fatores de ponderação do que incluindo-os.

Para um debate mais amplo sobre combate às desigualdades educacionais, é necessário estabelecer referenciais nacionais de qualidade da educação, de forma a qualificar o financiamento das escolas, definindo quais insumos são imprescindíveis para uma educação de qualidade e assegurando que todas escolas tenham acesso a tais insumos. Portanto, ainda que o CAQ tenha sido aprovado na votação Fundeb Permanente (PEC 15/15) na Câmara dos Deputados, existe longo caminho a se percorrer - incluindo a votação no Senado - para assegurar que os critérios

técnicos da regulamentação pós-Fundeb Constitucional de fato enfrentem as desigualdades educacionais.

Implementar o CAQ estabelece critérios mínimos de qualidade na mesma medida em que amplia recursos e empenho dos entes em garantir a gestão do Fundeb. Assim, para superar mitos na educação é necessário construir saberes, fortalecendo um projeto de nação que ouse inverter a lógica de financiamento, compartilhando responsabilidades para alcançar não apenas metas ou indicadores, mas fazer da educação pública de qualidade um instrumento de enfrentamento da injustiça social. ■

FOTO: LULA MARQUES



1. O estudo Fundeb em Foco foi coordenado por Ergon Cugler, Pamela Quevedo e elaborado junto aos pesquisadores Giovanna Lourenção, Guilherme Lamana, Jhonatan Ferreira, Maria Carolina Santana, Marina Bergstrom Paredes e Victória Marcondes, com orientação do professor dr. José Carlos Vaz, e pode ser acessado em <https://bit.ly/fundebemfoco>.

Olhar amazônida sobre os ataques à ciência no Brasil

HELLEN VIRGINIA DA SILVA ALVES E MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA

HELLEN VIRGINIA DA SILVA ALVES É DOUTORANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, INTEGRANTE DO COLETIVO DE GÊNERO. MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA É PROFA. DRA. EM CIÊNCIAS SÓCIO AMBIENTAIS PELO NAE/UFGA, DOCENTE ASSOCIADA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, INTEGRANTE DO COLETIVO DE GÊNERO.

Após um período de conquistas sociais e de crescimento da produção científica nacional, a ciência brasileira tornou-se alvo de contínuos ataques do atual governo, que busca desqualificar a comunidade científica para justificar o descaso, o sucateamento e os retrocessos que deseja promover na educação de nível superior e na pós-graduação.

Como consequência dos investimentos e programas públicos, como o Universidade para Todos (ProUni), da Lei 12.711, que assegura a oferta de no mínimo 50% das vagas em instituições federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas

e das políticas afirmativas de cotas raciais, que prevêm a inclusão de indígenas e negros nos programas de pós-graduação, no período de 2002 a 2013 houve um aumento de 316% das matrículas em cursos de pós-graduação e a criação de novos cursos nas regiões Norte e Nordeste (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, Ministério do Planejamento, 2019). O trabalho de pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam prioritariamente à produção científica levou o Brasil à 14ª posição no ranking da produção científica mundial (Interfarma, 2019), que considera a quantidade de citações por artigo científico publicado em periódicos nacionais e internacionais.

A discussão sobre os investimentos públicos na ciência precisa ocupar o centro do debate polí-

tico, já que os resultados das pesquisas científicas se convertem em fontes de informação preciosas para a criação e aperfeiçoamento das políticas públicas nesse setor.

Em 2018, as promessas de campanha do então candidato Jair Bolsonaro sinalizavam a redução dos “gastos” públicos e o combate ao “marxismo cultural” nas instituições de ensino superior federais. Em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro, a ciência brasileira passou por um novo e duro golpe: a ausência de um projeto de governo destinado à ciência e tecnologia e o desinteresse explícito pelas condições de acesso e permanência dos estudantes da graduação e da pós-graduação, especialmente daqueles que acessaram estes espaços fazendo uso das políticas afirmativas.

Em 2019, o Brasil caiu sete posições no ranking



mundial da pesquisa científica (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, 2019). O olhar reducionista de desprezo e descrédito à ciência brasileira que é lançado pelo atual governo dissimula desconhecimento sobre a relação direta entre os investimentos públicos e a produtividade científica nacional, pois ao mesmo tempo em que afirma publicamente depositar sobre a ciência expectativas equivocadas a respeito de resultados imediatistas desde o início da pande-

mia de Covid-19, reduz os investimentos para a pós-graduação. Dessa forma, caminhamos a passos largos rumo ao colapso de um sistema construído por milhares de cientistas ao longo de muitas décadas.

Os ataques do atual governo à ciência brasileira também incluem recorrentes tentativas de desqualificação da produção científica, especialmente em determinadas áreas do conhecimento, como nas Ciências Humanas e Sociais. Ao reduzir seu

compromisso com a educação ao ato de ensinar a leitura, a escrita e a “fazer contas”, o governo minimiza um dos sentidos da sua existência: a promoção do bem-estar social. Trata-se de uma estratégia discursiva de associação entre os investimentos em ciência e educação a gastos desnecessários.

Ao tentar desqualificar as produções científicas que não condizem com o padrão eurocentrado do conhecimento, que não consideram os países “desenvolvidos” como mode-

los universais de modernidade e superioridade, o governo deslegitima a ciência nascida a partir do lugar de fala de mulheres e homens periféricos, negros, indígenas, quilombolas, amazônidas, trans e dos conhecimentos que consideram as subjetividades humanas e espaciais, em uma clara demonstração da colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza (QUIJANO, 2005; CRUZ, 2017).

Nós, cientistas amazônidas, que durante muito tempo sofremos as conseqüências de padrões científicos eurocentrados e da regionalização da produção científica, sentimos profunda indignação com as iniciativas de desmonte e ataques à ciência brasileira, estruturadas a partir dos retrocessos das políticas públicas o atual governo. Sabemos que, apesar do fim do colonialismo na América Latina ter ocorrido na metade do século 19, a colonialidade como relação social, cultural e intelectual ainda está viva e arraigada em nossa sociedade

(QUIJANO, 2005) e se manifesta cotidianamente em âmbito político, por meio de práticas relacionadas às sociabilidades autoritárias e violentas, à linguagem e às relações de dominação. Sendo assim, é necessária a reação articulada entre a academia, os movimentos sociais e demais setores da sociedade civil organizada.

Assim, manifestamos nosso descontentamento com o sucateamento da ciência brasileira. ■

Referências

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. **Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1, p. 15-36.

INTERFAMA (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa). **A importância da pesquisa clínica para o Brasil**.

2019. Disponível em: <https://www.interfarma.org.br/public/files/biblioteca/a-importancia-da-pesquisa-clinica-para-o-brasil-interfarma.pdf>

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SIOP). Ministério do Planejamento. 2019. Disponível em: <https://www.siop.planejamento.gov.br/mo-dulo/login/index.html#/>

QUIJANO, A. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

A produção pública da ciência

MATIAS REBELLO CARDOMINGO

A pandemia evidenciou a importância da produção científica. No Brasil, encontram-se inúmeros exemplos de como o sistema público de pesquisa pode contribuir para a produção de respostas.

Quem se lembra das manifestações pela educação no 15 de maio de 2019 seguramente sente saudade daquela massa. Na Avenida Paulista, em São Paulo, o grau de aglomeração era arriscado mesmo para padrões anteriores à pandemia, não se podia andar. A mobilização impressionou por todo o Brasil, havia uma bandeira de unidade da oposição: a ciência e a educação. Desde então quase tudo mudou, Weintraub fugiu para Miami, não é prudente promover grandes manifestações e o presidente praticamente se calou. Restou triunfan-

te, contudo, o motivo de ir às ruas.

A pandemia evidenciou a centralidade da ciência e da educação em um projeto de desenvolvimento e soberania. Assiste-se hoje a uma verdadeira corrida científica pela vacina que coloca em confronto as maiores potências globais. Uma empresa alemã, chamada CureVac, passou dias tendo de se explicar se havia recebido uma oferta de compra pela Casa Branca. Verdade ou não, fato é que o CEO da empresa, até então estadunidense, foi substituído por um alemão. Mais recentemente, a gestão Trump se certificou de comprar todas as vacinas contra a Covid-19 que a Pfizer for capaz de produzir neste ano e no próximo.

Do outro lado, Xi Jinping anunciou na Assembleia Mundial da Saúde que a China disponibilizará a vacina

que produzirem a todos os países subdesenvolvidos. O Instituto Butantan, da USP, já integra a equipe de pesquisa da vacina chinesa mais promissora, desenvolvida pela Sinovac. Também a Unifesp e o Instituto Fiocruz participam de parceria na testagem da outra vacina mais avançada até o momento, produzida pela Universidade de Oxford e pela empresa AstraZeneca.

Essas iniciativas demonstram não apenas a importância do investimento em educação e ciência, mas também a gigantesca potencialidade já instalada no país. Não à toa o Brasil foi capazes de sequenciar o genoma do vírus em apenas 48h depois do primeiro caso confirmado. Já no Hospital das Clínicas, por exemplo, está sendo produzido um programa capaz de identificar o coronavírus através da análise de raio-X - dado que a maioria das cidades brasileiras não possui ins-

MATIAS REBELLO CARDOMINGO É MESTRANDO EM ECONOMIA PELA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FEA-USP) E PRESIDENTE DO DIRETÓRIO ZONAL DE PINHEIROS DO PT.



trumentos de tomografia. As Federais de São Carlos e do Pará, por outro lado, estão desenvolvendo um aplicativo de voz capaz de auxiliar nas orientações médicas em casos de suspeita de contaminação. O projeto busca facilitar o acesso à informação pela população não alfabetizada.

Em outra iniciativa a Escola Politécnica da USP criou um ventilador que não só é produzido de forma mais rápida (em apenas duas horas), como seu custo gira próximo aos mil reais, enquanto os demais são estimados em

15 mil reais. O modelo foi criado com licença livre, podendo ser copiado sem que seja necessário pagar pela patente. Diferentemente daquilo que ocorre no desenvolvimento de remédios, por exemplo, nesse caso o financiamento público serviu para a produção de um bem público, acessível a qualquer pessoa.

Todos esses exemplos atestam a capacidade do sistema de educação público de formar cientistas e responder às necessidades da população quando chamado à ação. São essas

a universidade e a educação defendidas naquele 15M, que lutamos para construir. Uma organização com capacidade de encontrar soluções condizentes com a realidade de país, em vez de importar modelos prontos que não se adequam. E mais, uma organização formada por pessoas de diferentes origens e trajetórias. A ciência mostra-se mais importante do que nunca, a defesa de sua democratização e orientação social segue tendo a prioridade de sempre. ■

Para mudar a justiça criminal é preciso descriminalizar as drogas

POR ISAÍAS DALLE

FOTO DIVULGAÇÃO



“Eu não estou falando de projeto pessoal, de você fumando maconha com a sua gata ou com seu gato na praia. Estou preocupado com a polícia não subir o morro com um cheque em branco para um projeto de genocídio. Falo de um país que não tenha caveirão, entende?”

Nesta entrevista, feita em live do Reconexão Periferias mediada pela advogada Sandra Cruz, da Associação Elas Existem – Mulheres Encarceradas, o advogado criminalista Joel Luiz Costa, 31 anos e pai de dois filhos, discorre sobre o sistema penal e de Justiça, que classifica como “falácia”.

Joel mantém um escritório de advocacia na Favela do Jacarezinho, Rio, para

atender – a preços que as pessoas puderem pagar – moradores periféricos acusados de crime.

A conversa pode ser vista no [canal](#) do Reconexão. Acompanhe os principais trechos:

Sandra: Vou deixar o Joel se apresentar e depois a gente vai trocando. Está bom assim pra você Joel? Então, a bola está contigo.

Joel: Eu trabalho muito a questão das drogas e da justiça criminal no sentido de aprofundar e trabalhar o direito penal do dia a dia, o direito penal das delegacias das periferias, que é muito diferente do direito penal da Lava Jato, muito diferente do direito penal dos livros. Esse grande teatro urbano em que tem gente branca dizendo o que pode e o que não pode e aplicando a lei sobre as pessoas pretas. Não dá pra se fazer uma análise crítica sobre todo o sistema de Justiça sem fazer um diálogo com

“Quando a gente fala que o debate é racializado e que nossa população é sobrerrepresentada no sistema prisional e subrepresentada nos espaços de poder e decisão, me parece que a gente fala pro vento, sabe?”

a questão de classe e com a questão de gênero, além da questão de raça, obviamente. Quem dissocia está gastando energia à toa.

Sandra: Joel, você, que tem um escritório dentro do Jacarezinho, como você vê a justiça criminal e essa luta periférica?

Joel: (risos). É muita coisa, eu vou tentar sintetizar. Eu começo a me achar repetitivo porque o debate me parece muito óbvio e, em que pese vivermos momentos em que é necessário dizer o óbvio, mas quando a gente vê o posicionamento do Estado em política de segurança pública e como essa política é

direcionada para algo que nada tem a ver com segurança pública e coletiva, de todos e de todas, parece-me que o que está posto é um grande projeto de controle de massas. Quando a gente fala que o debate é racializado e que nossa população é sobrerrepresentada no sistema prisional e subrepresentada nos espaços de poder e decisão, me parece que a gente fala pro vento, sabe? Não somente eu tenho raça. As pessoas brancas têm raça. Por que essa dificuldade da branquitude acrítica e a branquitude crítica de imaginar que não dá pra se discutir um projeto de país em que não se analise o efeito dessa política sobre a população branca e em cima da população preta, da população pobre e da população rica, em cima de homens e em cima de mulheres? Qual é a dificuldade de entender a interseccionalidade disso tudo?

Sandra: Eu ousou dizer que se trata de um projeto de Estado, de encarcerar e criminalizar uma população específica.

Joel: Não só de quem constrói e de quem executa, mas do tecido social, quando se cala. O Brasil é um país que se vale de instrumentos legais para o controle de corpos pretos, historicamente. Desde, evidentemente, o período escravocrata, e passando pela criminalização do samba, da capoeira, religiões de matriz africana, desde a vadiagem e chegando à lei de drogas. A lei de drogas é uma lei abstrata que, em tese, poderá alcançar todos e todas, mas que a atuação do Estado para coibir o consumo, venda e distribuição é direcionada para territórios específicos. Então é isso: você pega um helicóptero com 450 quilos de pasta-base de cocaína numa fazenda de um senador usando vinte policiais. E aí você faz uma operação espetacular numa favela do Rio e prende dez, quinze quilos de maconha, e acha que foi um sucesso, com uma pistola e dois fuzis enferrujados apreendidos. Ao preço de cinco vidas, ao preço de uma população aterrorizada, ao preço de

uma favela que teve um dia inteiro de sua vida interrompido. Então, a operação policial numa favela vai ceifar vidas, muitas vezes inocentes, e tem casos de crianças aí que não me deixam mentir – porque quando é adulto, virou grande então está envolvido que se foda – mas quando é criança não se consegue construir esta narrativa.

Sandra: Ao mesmo tempo que é repetitivo é novidade, porque as pessoas fazem como se não percebessem.

Joel: Tem uma coisa que eu gosto sempre de falar: me incomoda muito a análise do Brasil a partir do frame, da foto. A gente tem que analisar este país a partir dos seus 520 anos. O país que mais teve entrada de negros escravizados, o último país do Ocidente a abolir a escravidão, que recebeu 40% dos negros escravizados que botaram o pé na América, uma população que foi objetificada e que precisava ser controlada.

E aí você pega dados

“Sabe o que é importante também falar? É que antigas colônias viraram cidades, como Blumenau, enquanto os quilombos no Nordeste, quando não foram dizimados, viraram favelas. Então, que projeto de país é este?”

de dois anos atrás que mostram que mais brancos saem de audiências de custódia do que pretos cometendo o mesmo crime. Tem uma pesquisa de São Paulo, de 2019, dizendo que pretos têm penas maiores do que brancos com a mesma quantidade de droga apreendida. É sobretudo isso. Então me perguntam: “A polícia é racista, precisamos retreinar a polícia?”. Não. Não é só isso. A gente precisa enfrentar as chagas do projeto de país. Se a gente não fizer isso, a inclusão do preto, da mulher, do gay, do pobre, do periférico, do nordestino, do nortista,

no projeto de país, não adianta a gente dar uma canetada e treinar de novo a polícia, não adianta o Doria colocar a porra de uma câmera na farda do policial, que ele liga e desliga quando ele quer, não adianta. A gente faz aqui uma redução de danos.

Sandra: E quando a gente para pra pensar nesse sistema todo, temos de lembrar que a lei de terras não foi feita para os negros. Depois da abolição, foi dito “se vira aí, vocês não têm nada”, então vieram os imigrantes e ainda ganharam terras para trabalhar.

Joel: Sabe o que é importante também falar? É que antigas colônias viraram cidades, como Blumenau, enquanto os quilombos no Nordeste, quando não foram dizimados, viraram favelas. Então, que projeto de país é este? O Estado tem de ser refeito – e o Estado não é um ser imaterial, e sim frações que ocupam o Estado, e frações brancas – quem é que está ocupando o Legislativo, o Executivo, o Judiciário? Uma branquitude



mediocre, mediana. Esse é o mesmo Estado que faz com que Blumenau, uma colônia alemã do século retrasado, tivesse incentivo desse mesmo Estado pra virar uma cidade, enquanto os quilombos estão lá com sua fração de terra ou, quando não, dizimados.

Sandra: O quanto você vê o seu trabalho como redução de danos?

Joel: Eu quero deixar claro que quando eu falo em redução de danos não é uma forma de tirar a relevância, o simbolismo e o peso do que a gente faz. Entretanto, é necessário que as pessoas saibam que o que a gente faz é nada perante a estrutura. Mas nós temos 750 mil presos, temos um Estado que

mata 1814 pessoas, como foi no Rio de Janeiro ano passado. O que a gente faz é paliativo. Fransérgio Goulart tem uma frase que me ensinou muito: “Nós não somos Estado”.

Eu trabalho com política de drogas. Pra mim, contextualizar historicamente, explicar para os jovens como se deu a proibição da cannabis como forma de controle de corpos negros, o quanto tem de racismo científico no discurso que se construiu no século 20 pra legitimar a proibição, é uma coisa interessante. Mas o debate é ainda mais amplo. O que seria efetivo? Legalização, descriminalização do consumo, porte, produção, a porra toda, de todas as drogas. Não vamos por asteriscos nesta porra, de todas as drogas. Vão falar “mas, ah, o crack...” De todas as drogas. Droga é droga. Eu estou falando de projeto de segurança pública. Eu não estou falando de projeto pessoal, de você fumando maconha com a sua gata na praia, ou com seu gato na praia. Eu estou preo-

cupado com a polícia não subir o morro atrás de uma bandeira antidrogas que na verdade é um cheque em branco para um projeto de genocídio. Falo de um país que não tenha caveirão, entende?.

Sandra: A gente não pode falar disso sem relacionar com a prisão, que é um negócio que movimenta milhões.

Joel: Não só a prisão como a guerra, Sandra. A paz não vende, a guerra vende. A guerra vende segurança privada, segurança pública, balas, armas, vende caveirão e vende medo. E medo gera capital eleitoral. O presidente do Brasil e o governador do Rio dizem muito sobre isso.

Sandra: Eu queria que você falasse um pouquinho sobre o que é abolicionismo penal, na sua ótica.

Joel: O sistema penal posto do jeito que está, e sendo o ponto final do sistema de justiça criminal, tem um objetivo específico. Que não é o objetivo que é vendido à população, que é o de paz, de um suposto

contrato social que todos nós assinamos quando nascemos. A política de drogas, por exemplo. Ela é vendida como necessária para evitar que as pessoas consumam algo que é prejudicial à saúde. Então seria preciso retirar essas substâncias de circulação. Então gera-se uma guerra às drogas, que numericamente causa muito mais danos à saúde coletiva que o consumo excessivo de drogas. A gente tem um remédio que mata mais do que a doença. E isso não é um erro de cálculo. Isso é um projeto.

Se ele é uma falácia, se ele diz que é para uma coisa e na verdade é pra outra, eu não posso dialogar com esse sistema, porque ele já nasce errado. E se nasce errado não pode dar certo.

Eu participei de um evento na PUC no ano passado que o título era “Erros do Judiciário”. A partir daí eu cunhei uma frase que é o seguinte: crer que o Judiciário erra é crer que o Judiciário foi criado para acertar. O erro seria um desvio de rota. O acerto do Judiciário é o que ele já faz:

“Crer que o Judiciário erra é crer que o Judiciário foi criado para acertar. O erro seria um desvio de rota. O acerto do Judiciário é o que ele já faz: encarcerar jovens, pretos, mulheres que são mula de tráfico.”

encarcerar jovens, pretos, mulheres que são mula de tráfico.

Que sistema é esse em que os crimes sexuais são totalmente invisibilizados e os crimes financeiros e econômicos têm uma divisão especializada só pra eles? Mas pra violência sexual não tem.

Sandra: Eu queria que você dissesse um pouco sobre os direitos negados durante a pandemia.

Joel: Um momento de catástrofe, de intensificação das chagas sociais, só traz mais clareza aos problemas que já existiam. Dá mais nitidez para quem não consegue enxergar ou



não quer enxergar. Mas, por outro lado, mostrou a potência dessas pessoas pra se resolver – e aí não é querer romantizar, não, a luta ou a pobreza. Mas mostra como essas pessoas têm a potência, a coletividade entre elas.

Eu penso que a janela histórica da escravidão, além de deixar marcas no corpo negro, acho que essa coletividade, esse aquilombamento, além de ter muito a ver com os ensinamentos orais que recebemos dos nossos ancestrais, tem a ver também com herança genética. Talvez por isso a favela consiga resistir por tanto tempo.

A apologia ao crime da educação brasileira

LUAN LUIZ LIRO

LUAN LUIZ LIRO
É MILITANTE DO
COLETIVO PARATODOS,
COORDENADOR GERAL
DO DIRETÓRIO CENTRAL
DOS ESTUDANTES
DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO RIO DE
JANEIRO (DCE UERJ) E
DIRETOR DA PASTA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
DA UNIÃO NACIONAL DOS
ESTUDANTES (UNE).

“As políticas de orientação neoliberal adotadas na educação pelo governo Bolsonaro perpetuam a falta de oportunidades à juventude periférica, ao mesmo tempo que aumentam a repressão nas áreas pobres. O neoliberalismo é a verdadeira apologia ao crime da educação brasileira.”

As diretrizes e bases da educação brasileira, a partir da segunda metade do século 20, marcada no Brasil pelo tenebroso período da ditadura militar, foram moldadas num contexto de expansão capitalismo que, a partir do processo de globalização, viu a oportunidade de se

apresentar de maneira a tornar o mundo em uma unidade econômica, política e cultural, impondo a hegemonia dos dominantes sobre os dominados. A ideia deste escrito é expor malefícios que o neoliberalismo traz quando avança sobre setores como a educação e mostrar como esse processo é formativo das políticas públicas educacionais e do modelo educacional hoje implementado no país pelo governo Bolsonaro e que são extremamente nocivos à juventude negra e periférica do país. A ideia de que “A educação pode impulsionar mudanças ou funcionar como estabilizadora de determinada situação” (FREIRE, 1996), lembra que a defesa central de sua tese para um projeto de educação para o Brasil se fundava na crença da necessidade de uma educação orgânica, que respondesse às

necessidades concretas da sociedade brasileira, contrapondo-se diretamente ao modelo de educação neoliberal. O embate direto apresentado sobre modelos educacionais divergentes e que definem o futuro do país explica as gestões do MEC nomeadas por Bolsonaro, que perseguem e buscam tanto deslegitimar o pensamento educacional freireano.

Nomes como Anísio Teixeira e Paulo Freire fazem uma crítica contundente ao processo que hoje é largamente fomentado como solução para a educação brasileira. O termo “Educação Bancária”, cunhado por Freire e que, em sua visão, é o modelo de educação que parte do pressuposto que o aluno nada sabe e o professor é detentor do saber e o prepara para estar apto a servir algum patrão, cria, assim, uma

relação vertical de educador e educando. O educador, sendo o que possui todo o saber, é o sujeito da aprendizagem, aquele que deposita o conhecimento. O educando, então, é o objeto que recebe o conhecimento. Vista por essa ótica, a educação tem como meta a formação de indivíduos acomodados, e não de questionadores, submetidos à estrutura do poder vigente. Principalmente, internaliza uma lógica de não enxergar o jovem como um ser de saberes e de direitos, esvaziando a humanidade e civilidade deste. Aqui, o processo de ensino-aprendizagem não é visto como um processo de troca de saberes, mas sim de hierarquia, disciplina e resultado. Logo, percebe-se que a crise educacional que vivemos hoje é maturada desde antes da virada do século e hoje ganha mais força, num momento em que se instala no país um governo neofascista, que desde sempre deixou nítido que a política educacional adotada seria um modelo privatista,

negacionista, que mata e censura sonhos e oportunidades. As ações e pautas do governo Bolsonaro e seus apoiadores visam retirar do jovem favelado e das classes populares a possibilidade de ter na educação uma mudança em suas vidas. O fechamento de escolas públicas, a confusão na gestão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a perseguição às universidades públicas, o corte nas verbas de assistência estudantil e mudanças em programas importantes como o Financiamento Estudantil (Fies) e Universidade para Todos (ProUni) repelem a juventude periférica do país dos espaços educacionais, historicamente definidores da distribuição de oportunidades, para que não tenham progresso nem acesso. A negligência do Estado brasileiro, que libera o porte de armas e fecha escolas, forma uma equação simples e perigosa, “pouco aula, muito tiro. Pouco emprego, mais bandido.” ■



FOTO: AGÊNCIA BRASIL

Bibliografia:

- TEIXEIRA, Anísio. Por uma escola primária organizada e séria para formação básica do povo brasileiro. *Educação e Ciências Sociais*. v.3, n.8, 1958. p.139-141.
- SOUZA, Ana Inês. Paulo Freire vida e obra. 2º Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: SADER, Emir. Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Na periferia, a educação tem outra casa

HÉLIO SILVA BARBOSA, JOSILENE MARIA DE OLIVEIRA E JOSÉ MARCOS BATISTA DE MORAES

HÉLIO SILVA BARBOSA É COORDENADOR GERAL DA AJURCC, MESTRANDO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL; **JOSILENE MARIA DE OLIVEIRA** É ASSISTENTE SOCIAL, MESTRA EM SERVIÇO SOCIAL E **JOSÉ MARCOS BATISTA DE MORAES** É JORNALISTA E MESTRE EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE.

Em São José da Mata, periferia de Campina Grande (PB), a Casa de Cultura e Cidadania da Ajurcc é um espaço de construção e aprendizado da juventude .



Planejamento 2020

Abrir portão, organizar tatame para aula de Jiu-Jitsu e Karatê, ver as fichas de presença da turma de Teatro. “Professora, já pode liberar para o lanche”, “amanhã a gente tem reunião da equipe de comunicação”... Esse é o dia-a-dia das pessoas jovens na Casa de Cultura e Cidadania, da Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania (Ajurcc), organização localizada no Distrito de São José da Mata, em Campina Grande, interior da Paraíba. A casa que sedia a associação é um espaço educativo, que

oferece vários cursos gratuitos de Karatê, Jiu Jitsu, Violão, Flauta, Libras, Espanhol, Teatro, Dança e Yoga, todos desenvolvidos com professores e professoras voluntárias. A Casa é coordenada por um conselho de jovens da comunidade, juntamente com a diretoria da associação, que auxilia a construir e gerir o projeto. Tem sido um espaço de vivência e socialização, principalmente para jovens que fazem parte da coordenação do projeto. Os e as jovens que frequentam a Casa, hoje, respiram músicas, danças,

jeitos, gostos, informações variadas, em um dinamismo incessante, típico das juventudes. Mas, para entender como chegamos a esse processo, vamos falar um pouco sobre a Ajurcc, organização que deu origem ao projeto.

A juventude pela cultura e a cidadania, como tudo começou

Em meados dos anos 1990, a juventude passou a ser ponto de pauta nas discussões sobre políticas públicas, e as entidades sociais começaram a perceber a importância de se investir na juventude,

pois ela representa não apenas o futuro, mas também o presente do país. Foi neste contexto que a juventude de São José da Mata, distrito de Campina Grande, começou a se organizar. A Ajurcc surgiu em 13 de fevereiro de 2004, com intuito de representar os mais diversos segmentos e anseios das juventudes. O novo grupo começou a promover eventos que possibilitam uma reflexão sociopolítica e cultural, em especial da comunidade de São José da Mata, incentivando os e as jovens a reivindicar seus direitos, com a missão de contribuir para a formação de uma cultura

cidadã, com ênfase na educação popular e nos espaços de decisão junto às populações empobrecidas, especialmente as juventudes, crianças e adolescentes, mulheres, população negra, LGBTQIA+, povos tradicionais e camponeses. E, visando à defesa dos direitos humanos, políticos, econômicos, sociais, artístico-culturais e ambientais para a construção de uma sociedade igualitária, desenvolve suas atividades considerando a construção coletiva, como afirmam seus integrantes: “a todo o momento, se ensina e aprende, sempre levando em consideração

a realidade onde os jovens estão inseridos”. Nesses dezesseis anos de existência, a Associação já realizou inúmeras atividades, parcerias com várias organizações e esteve presente em vários momentos importantes na construção de políticas públicas para juventudes, a exemplo das conferências e conselhos de juventudes, inclusive tendo um de seus membros ocupado uma cadeira como Conselheiro Nacional de Juventude. Mas, desde sua criação, a Ajurcc sonhava ter uma sede e um espaço para concentrar as suas ações educativas, o que foi concretizado em 2017,

Leitura de texto da Turma de Teatro





Abertura do Curso Caminhos Negros – março de 2020

com a criação da Casa de Cultura e Cidadania.

A perspectiva educadora e popular das juventudes

Desde de 2017 a Ajurcc vem vivenciando a experiência do projeto Casa de Cultura e Cidadania, onde cerca de duzentos jovens cuidam, organizam, constroem, planejam, fazem gestão e vivenciam uma educação coletiva, sendo protagonistas de sua ação educadora que perpassa as barreiras da Casa de Cultura e chega à escola, à família e rompe a fronteira da comunidade, atingindo todo um território. “A única exigência feita para participação dos jovens nas atividades é que esses assumam o

compromisso de repassar o conhecimento adquirido na comunidade onde vivem”. Isso reforça que: “a educação pode existir livre e entre todos, pode ser umas das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideias, como crença, como trabalho e como vida (BRANDÃO, 1995, p10)”. A educação também acontece no espaço onde jovens residem, nas vilas, bairros e cidades, bem como no decorrer de suas vidas, por meio do acúmulo de saberes presentes em seu território, construídos e reconstruídos nas relações sociais presentes na comunidade ou na organização social em que atuam, considerando os sabe-

res e as potencialidades das juventudes em suas mais variadas configurações. Uma das principais preocupações da equipe de jovens coordenadores e coordenadoras que dá vida à Casa é como ser um espaço formativo, educativo, mantendo e renovando a motivação de seus participantes. Nessa perspectiva, as juventudes traçam caminhos que podem trilhar para se consolidar enquanto sujeito político, ciente de si, com sua história, moldando a sua periferia como espaço que é preto, pobre, mas também pode ser do Bem Viver a partir da sua presença e atuação. ■

Kian Lemos

SECRETÁRIO DE JUVENTUDE DO PT DE SERGIPE E REFERÊNCIA TÉCNICA DA DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS DO GOVERNO ESTADUAL DE SERGIPE. KIAN, 24 ANOS, É TAMBÉM FUNDADOR DO ENTRE BECOS, COLETIVO CULTURAL E PRODUTORA PERIFÉRICA.

A história e a memória são objetos de disputa, existem as versões hegemônicas ou “oficiais” e as versões subterrâneas (POLLAK, 1989). À estrutura dominante pouco interessam a memória e história não oficiais, daqueles e daquelas que

são os “vencidos” e que vivem múltiplas opressões cotidianas. Essas sujeitas e sujeitos têm classe, cor e território, e as periferias estão repletas de potencialidades e vozes que devem ser escutadas. Assim a *Revista Reconexão Periferias* lança sua sessão “História

do Presente”, com relatos de sujeitas e sujeitos periféricos que ressignificam o passado, pensam o presente e constroem possibilidades emancipatórias de futuro. Nosso primeiro entrevistado é Kian Lemos.

SÉRGIO SILVA



“Faço política pelas memórias que carrego”

Eu nasci no 18 do Forte, um bairro da zona norte de Aracaju. Morei lá até os quatro anos. Minha mãe é cria do Santo Antônio, que é uma periferia ao lado do 18 do Forte. Meu pai saiu do interior de Sergipe, veio para a capital para trabalhar como pedreiro, não deu certo e entrou

pro crime. E virou patrão do crime nessa quebrada que eu nasci. Então meu pai era traficante-chefe e minha mãe era esposa de traficante que criava dois filhos e tinha de lidar com diversas realidades durante este tempo.

Minha mãe foi casada com meu pai dos 18 aos 23, e aí eu nasci, aos 21 da minha mãe. Quando eu tinha dois anos, meu

pai faleceu. E aí minha mãe teve outro relacionamento extremamente abusivo, agressivo. Depois eu fui pro Santa Maria, que é onde eu considero minha casa. Eu cheguei aqui aos oito anos, então tudo que acumulei nesse breve tempo de jornada, dos oito aos 24, foi por causa dessa quebrada.

“Minha mãe não é cristã, mas foi a primeira pessoa que me ensinou que o pouco a gente tem de distribuir pra quem tem fome. A militância só veio me ensinar a teorização disso tudo.”

E na infância eu era um moleque atentado, briguento pra caralho, me envolvi com várias paradas tronchas na vida. Com 14 anos, eu conheci o grafite e, aos 15 anos, eu conheci a política.

Eu comecei a fumar maconha aos 13 anos. Minha infância acabou

cedo. Eu vi muita coisa, aprendi muita coisa, perdi muita gente na minha infância. Durante dois anos Aracaju foi considerada a capital mais violenta do Brasil, proporcionalmente. Então, durante dois anos o Santa Maria era o bairro mais violento do Brasil.

Acho que uma das coisas que mais marcaram a minha infância foi o corre da minha coroa. Minha coroa foi muita coisa: foi vendedora de Avon e Natura, foi cozinheira, foi auxiliar administrativa, foi guarda municipal.

E uma segunda coisa foi ver quem era o meu pai.

E o meu tio era da política desde os 11 anos de idade, do PCdoB. Meu tio sempre me deixou muito claro: você é preto, você mora dentro de quebrada e vai ter de lidar com determinadas coisas, com determinadas situações.

Com 12 anos eu estava me envolvendo com torcida organizada, com gangue de pichação.

Minha mãe não é cristã,

mas foi a primeira pessoa que me ensinou que o pouco a gente tem de distribuir pra quem tem fome. A militância só veio me ensinar a teorização disso tudo.

Minha mãe me levava pros movimentos de hip hop. Inclusive quando eu conheci o GOG, no Reconexão Periferias, eu falei pra ele, e eu não sei se ele entendeu quanto é real, na minha casa tocava Racionais, tocava GOG... E aí quando eu tinha 13, 14 anos, resolvi começar a grafitar. E, através do grafite, um brother aqui do bairro, que é a minha primeira referência política para além do sanguíneo, que é o Dexter, grafiteiro e tatuador, é o herói dos moleques da quebrada, me levou para alguns eventos de grafite.

Grafite e política

Teve um dia que eu era jovem aprendiz do banco estadual daqui, que é o Banese. Tinham matado um moleque dentro do shopping aqui, e o moleque era um pedreiro, negro, que tinha ido tirar dinheiro e tava olhando,

parado, um vestido pra sua esposa. Os seguranças do shopping pegaram o guri, levaram pra dentro de uma sala escura e mataram. E aí o Levante Popular da Juventude foi fazer uma manifestação. O Dexter me chamou pra fazer um grafite em homenagem a esse guri e participar da manifestação. Nesse dia, especificamente, eu disse “é isso que eu quero fazer da minha vida”. Já se passaram mais de oito anos.

Eu estava na oitava série nessa época. Eu parei de estudar, nunca terminei os estudos.

Minha relação com a educação, a relação da educação com a comunidade, foi uma relação de troca de autoritarismo. Eram os diretores tentando dizer que mandavam na gente e os moleques da quebrada tentando dizer pros diretores que eles mandavam na quebrada.

Não estou dizendo que é culpa dos profissionais, eles aprendem o método nas universidades brancas e elitistas. A escola é um

campo minado.

Como o grafite entra na escola? Tinha um cara que era o herói da escola, o Mago, e ele jogava basquete, a gente via os grafites dele e do Dexter na rua e não sabia quem eram os caras, porque eles não assinavam, pois naquela época os caras apanhavam. Um belo dia o Mago falou “pega o meu caderno”, e o caderno caiu bem na página do grafite. E aí a gente: “você é o Mago!”. E aí ele começou a ensinar os moleques todos a grafitar. O grafite salvou toda essa molecada.

Enfim, a educação foi muito importante para a minha formação política, mas não necessariamente em função do método empregado pela escola.

Estou tendo essa oportunidade de ser funcionário do governo do Estado, de ser secretário de Juventude do PT, então basicamente a minha vida é política. Tem a Entre Becos também, em que a gente vem fazendo processo de construção socioeconômica também neste momento. A gente ganhou um edital

do Reconexão Periferias, então estamos só esperando acabar essa pandemia aí para efetuar esse trabalho cultural novamente. Mas a gente vem defendendo também que não existe espaço para o tráfico de drogas se não for pela necessidade socioeconômica. Então a gente tenta se pensar como empresa, como cooperativa periférica mesmo, num trabalho de construção ampla, para marca de roupa, para produção audiovisual, produção de artistas, produção de eventos.

A gente vem oferecendo cursos para a molecada do bairro por meio do governo do Estado.

E agora estamos construindo a discussão sobre candidaturas negras e periféricas aqui para Sergipe.

Eu me senti muito encantado com o Reconexão Periferias quando eu me vi dentro dos espaços do PT. Quando a gente consegue juntar pessoas como essas num mesmo espaço, pessoas oriundas das realidades que devem ser debatidas, e a gente dá voz

a essas pessoas, é porque a gente está entendendo que é preciso corrigir os métodos anteriores.

Voltar para a escola

Eu sou neto de uma mulher preta que criou três filhos, eu sou filho de uma mulher preta que criou dois filhos. Eu vi quanto elas lutaram. Minha mãe entrou na faculdade com 38 para 40 anos de idade. Minha mãe se formou bibliotecária para conseguir um pouquinho mais. Hoje minha avó é policial civil e minha mãe professora do Estado de Sergipe. Então eu tenho uma dívida para com essas mulheres. E eu tenho uma dívida histórica com nosso povo, pois a universidade é um espaço nosso, foi construído pelas nossas mãos. Nós temos que ocupar o espaço. Eu pretendo um dia fazer formação em História ou Direito.

Futuro da juventude periférica

Nós precisamos debater uma saída socioeconômica para o tráfico de

drogas e uma melhoria forte da educação pública. Então precisamos tomar o poder. E o que é tomar o poder? É disputar eleição. Eu estou falando de a gente pensar em candidaturas oriundas nossas.

O povo está cansado, porque o genocídio é verídico.

A mudança virá quando formos convidados não a opinar, mas a decidir o que será o sistema educacional. Decidir o que vão ser as políticas de assistência social.

Memória

A história é feita de memórias, boas e ruins. São memórias que nos arranham dor mas também sentimentos revolucionários como o amor. Todas as minhas tatuagens são planejadas. Eu tenho uma favela no meu braço, que é pra eu nunca esquecer de onde eu vim. O nome da minha mãe está no meu pulso porque foi ela que me deu a vida. Entre Becos está em cima das minhas veias. Mas recentemente eu fiz no meu peito escrito Histórias da Minha Área. É o nome

do CD do Djonga, mas especialmente o que isso significa pra mim. Quando o Djonga lançou este CD, quando eu ouvi, foi muito nostálgico. Porque eu comecei a lembrar de todas as histórias da minha área, as boas e a ruins. E todas as pessoas que a gente perdeu e todas as pessoas que a gente adquiriu. Então eu resolvi gravá-las no peito, porque o que eu carrego são de fato as histórias da minha área. É a minha crença de que a gente pode mudar o cenário. Se eu pudesse, hoje, eu ia vender água de coco na praia. Deve ser bem mais divertido. Mas eu faço política pelas histórias da minha área. Pelas memórias que eu carrego. E pela crença de que o mundo pode ser melhor. É papo de união. É papo de construção, de solidificação. Por pior que algumas histórias sejam, devemos gravar na memória novas histórias possíveis. Não acabou com Zumbi, não acabou com Dandara, não acabou com Ganga Zumba. Não acabou. O meu trabalho hoje é consolidar Palmares.

A distância e a pandemia não nos isolam

Desde o mês de março, logo depois da chegada da pandemia de coronavírus ao Brasil, o Reconexão Periferias passou a realizar lives para manter vivo o diálogo com os coletivos e entidades parceiras do projeto.

Representantes das periferias debateram desde então os assuntos mais importantes e urgentes de seus cotidianos, sempre na perspectiva de seus próprios saberes e da luta política para a superação dos desafios.

Os encontros ocorreram sempre às terças-feiras, no canal do Instagram @reconexaoperiferiasfa.

Confira as lives do mês de julho e acesse o canal do Reconexão no Instagram para assistir:

Dia 7: Entregadores e Pandemia, com Sorriso e Antônio Carvalho

Dia 14: Estereótipos do Funk e Acesso à Educação, com Thiago Torres e Renata Prado

Dia 21: Mulheres Negras e a Pandemia, com Jéssica Valois, Raquel Cardoso e Jackeline Rocha

Dia 28: Volta às aulas e a Pandemia, com Adriana Moreira e Kátia Maria



A partir de setembro, o programa passa a ser exibido pela tvPT, nos canais <https://www.youtube.com/user/TVPTBrasil> e no perfil do partido no <https://www.facebook.com/pt.brasil>.

AGENDA DE AGOSTO DE 2020

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:

Live “As periferias e o enfrentamento ao coronavírus” do Projeto Reconexão Periferias

Toda terça-feira, às 17h (horário de Brasília)

tvPT - Programas sobre coronacrise, economia, política e muito mais

De segunda a sexta-feira, às 11h e às 19h (horário de Brasília)

Rádio Comunitária “A Voz das Comunidades” 87,9FM

na página do Facebook e no aplicativo <https://www.facebook.com/>

Live “Periferias e Perspectivas” - Coletivo Ponta de Lança

no instagram @coletivo_pontadelanca
Todo sábado, às 16h (horário de Manaus)

Programa Camisa de Força - Temas do cotidiano pontuando sempre o Hip Hop e a diversidade cultural

no instagram @gangster976
Diariamente

Live Morhan na Quarentena - Assuntos de interesse das pessoas com hanseníase e temas relacionados à pandemia.

na página do Facebook “Morhan Nacional”
Toda terça-feira, às 18h

Live #DESENROLO da Associação EuSouEu - no instagram @a.eusoueu

Toda segunda-feira, às 20h



Live da Feira das Manas de Palmas

no instagram @feiradasmanaspmw
Toda sexta-feira, às 20h

Live “Vamos falar de cinema negro?”

no instagram @coletivocoisadepreto
Toda quinta-feira, às 17h

Live Ativa - Arte e Educação

no perfil <https://www.facebook.com/ativacaoculturalescolas/>
Toda quarta-feira, às 15h

Podcast Rede Mães de Luta

no canal <https://www.youtube.com/channel/UcKQ6-ibVKYNOFjXv7nYdTXw> e no Spotify.
Programações quinzenais.

Parte 1 da Produção do Projeto Obirin “Feminina Moda Negra” - Associação de Arte e Cultura Negra Ara Dudu.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O3j87iP8dG0>

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital Mulheres em Movimento - Fundo Elas	Grupos formais e informais, redes ou organizações lideradas por mulheres, que se dediquem democraticamente à promoção e defesa dos direitos humanos e da democracia. É necessário ter pelo menos um ano de atuação.	até 20/08/2020	https://elasedital.org
Matchfunding Enfrente	Voltado a projetos escaláveis e de longa duração das periferias urbanas brasileiras, que sejam capazes de solucionar problemas que, a partir da pandemia, surgiram ou se aprofundaram nas periferias.	até 30/08/2020	https://benfeitoria.com/canal/enfrente
Editais ProAc - Secretaria de Cultura e Economia Criativa, do Governo do Estado de São Paulo	Editais abertos do programa ProAc com focos diversos (incentivo à leitura, produção e publicação, manutenção de espaços culturais independentes, incentivo a atividades culturais em favelas etc.).	até 10/09/2020	http://www.proac.sp.gov.br/editais_resultados/edital-proac-no-332020-manutencao-e-ampliacao-de-atividades-realizadas-por-grupos-entidades-associacoes-e-coletivos-culturais-em-favelas-e-comunidades-programa-comunidades-no-estado-de/
V Mostra Tropé – Circo, Bonecos e Teatro de Rua	Mostra Audiovisual de Cenas Curtas. Atividades Formativas: oficinas e debates por meio de plataformas virtuais; Intervenções artísticas: exibição de vídeos de arte; Mostra Oficial Tropé.	até 30/08/2020	https://fundacc.sp.gov.br/edital-mostra-trope-2020/

<p>Projeto "A Sopa, análises (marginais) sobre artes"</p>	<p>Seleção de propostas audiovisuais autorais, nas suas mais diversas manifestações, a serem publicadas por meio ambiente digital. Cada artista ou coletivo deve submeter apenas um trabalho, de sua própria autoria, de tema livre e com qualquer data de realização. Serão aceitas inscrições de artistas residentes em todo território nacional.</p>	<p>Até 23/08/2020</p>	<p>https://fundacc.sp.gov.br/a-sopa-analises-marginais-sobre-artes-selecao-de-propostas-audiovisuais-autorais/</p>
<p>ARCHcine - Festival Internacional de Cinema de Arquitetura</p>	<p>Poderão ser inscritas obras audiovisuais nos formatos curta, média ou longa metragens, de qualquer gênero e que retratem um debate atual sobre a cidade, arquitetura, paisagem ou ambiente construído. Não há limite de títulos por realizador/produtor.</p>	<p>Até 06/09/2020</p>	<p>https://fundacc.sp.gov.br/archcine-festival-internacional-de-cinema-de-arquitetura/</p>
<p>Festival Brasília Photo Show</p>	<p>O festival é aberto a todos os fotógrafos profissionais ou amadores, do Brasil ou do exterior, brasileiros ou estrangeiros. É permitida a participação de pessoas menores de dezoito anos, mas somente com fotos gratuitas, sem acesso a fotos pagas. Cada participante poderá inscrever até dois trabalhos originais/autorais gratuitamente. A partir da terceira foto inscrita, paga-se uma taxa, sendo permitido, no máximo, trinta fotos por autor.</p>	<p>Até 25/08/2020</p>	<p>https://fundacc.sp.gov.br/festival-internacional-de-fotografia-brasilia-photo-show-bps/</p>
<p>Esporte e Educação Integral: Edital Itaú 2020 de seleção de projetos esportivos</p>	<p>Podem participar Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, registradas há, no mínimo, dois anos. Os projetos devem ter sido aprovados na Lei Federal de Incentivo ao Esporte como "desporto educacional" ou "desporte de participação" e estar aptos a captar recursos em novembro e dezembro de 2020.</p>	<p>Até 28/08/2020</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/7665-esporte-e-educacao-integral-edital-ita-2020-de-selecao-de-projetos-esportivos-aprovados-na-lei-federal-de-incentivo-ao-esporte?locale=pt</p>

OPORTUNIDADES

<p>Chamamento Público para Mostra de Textos Breves - Coletivo Teatral A Digna</p>	<p>Podem participar escritoras e escritores de todo o Brasil, roteiristas, dramaturgos e dramaturgas que estejam interessados na criação de textos curtos a partir da temática lançada pela Digna. Os três melhores textos enviados receberão premiação e suas dramaturgias participarão da mostra com leituras dramáticas. Também será publicado um e-book com quinze textos</p>	<p>Até 31/08/2020</p>	<p>https://fundacc.sp.gov.br/chamamento-publico-para-mostra-de-textos-breves-coletivo-teatral-a-digna/</p>
<p>Seleção de Projetos de Conselho de Direitos - 2020</p>	<p>Uma iniciativa da AES Tietê, que tem o objetivo de apoiar projetos sociais, indicados pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal do Idoso, contribuindo para a melhoria das comunidades nos municípios de atuação da empresa.</p>	<p>Até 31/08/2020</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/7385-selecao-de-projetos-de-conselhos-de-direitos-2020?local=es</p>
<p>Festival Confluências de Arte</p>	<p>O festival concederá quinze vagas para artistas ou grupos de artistas destinados a obras nas categorias de pintura, fotografia, audiovisual, instalação e performance</p>	<p>Até 30/08/2020</p>	<p>https://fundacc.sp.gov.br/festival-confluencias-de-arte/</p>
<p>Petrobras Cultural para Crianças</p>	<p>Projetos de produção de filmes na área de Animação Infantil, voltados para o público da Primeira Infância (crianças de até seis anos, seus pais e/ou educadores), que lidam com temas que levem conhecimento e despertem a curiosidade do público alvo. Serão contempladas as modalidades curta e média-metragem. O filme deverá ser concluído em um prazo de até dezoito meses e ser disponibilizado para exibição em plataforma de streaming.</p>	<p>Até 24/08/2020</p>	<p>https://ppc.petrobras.com.br/animacao-infantil</p>

FOTOGRAFIA

Sérgio Silva



Depois de Messias

POR EMERSON ALCALDE

dois ex-alunes entram numa escola estadual pra
propagarem o terrorismo
com livros que haviam sidos proibidos
logo na entrada, eles rendem o inspetor de farda que
tentou intimidá-los com o distintivo,
mas eles o derrubam com versos de improviso

o *slammer* vai pra sala dos meninos e a
slammer, pra sala das meninas
ele recita poemas sobre a luta de classes e antifascismo debate
sobre sexualidade e machismo
ela versa acerca do empoderamento feminino e da igualdade discute
protagonismo e sororidade

as duas turmas se reúnem no pátio e passam a discutir destroem as
grades e câmeras que servem para vigiar e punir os alunos formam filas
mesmo sem ninguém pedir
os poetas propõem que mudem para uma disposição circular pois
assim, sem hierarquias, todos podem se ver e se escutar

no meio da roda eles abrem as mochilas sacam
seus artefatos: folhas de sulfite
com poesias e prosas, fazem zines e grafite
o inspetor, que estava imobilizado, se indigna e lembra-os
de que o estado é teocrático
e que qualquer ação que faça menção a
qualquer religião de matriz africana é inconstitucional

eles se preparam para iniciar o sarau
um aluno se aproxima e toca no poeta e acha esquisito pois não
sabia que ainda existiam escritores vivos

a escola havia feito uma campanha de deslivramento todos que
possuísssem exemplares em casa, por medo deveriam se dirigir
a um ponto do senso comum
e trocar por uma arma de brinquedo
e os livros foram queimados à temperatura de 451

acabaram com as bolsas e as cotas
prevalencia a meritocracia e a maioria morria pálida e analfabeta aceitando
a sua própria derrota

a sala de leitura
se transformou na sala de tortura
as prateleiras dispunham somente de apostilas técnicas e o pouco
de história que havia exaltava a ditadura

pro atentado ser prático,
abrem a roda cultural como faziam antigamente em plena rua no
período democrático
o microfone está aberto para quem quiser recitar
eles querem ver, cheirar as capas coloridas e duras, folhear! colocam
no papel as suas dores e angústias
aderem ao *slam* e as batalhas vão mudando totalmente o clima e o que
se pode ver é o jorrar de sangue provocado pelas rimas

tudo está sendo filmado e transmitido
a repórter diz que na internet eles posavam com livros e postavam artigos fazia
sinal de conhecimentozinho e de pensamento crítico
e classificou a ação de esquerdista, anarquista, sandinista, chavista

os policiais invadem o colégio
e eles se rendem por não ter mais opções os
professores se mantêm estáticos
pois não podem mais expressar suas opiniões



os portões se abrem, forma-se um corredor as
pessoas de bem carregam tochas
e cantam o hino nacional com a bandeira dos EUA pedindo
para que sejam queimados vivos
os poetas continuarão isolados em celas frias para que
ninguém mais ouse dizer uma poesia

o decreto pra facilitar a posse do livro é vetado no congresso com o
argumento de que a literatura perturba
a ordem e o progresso

só que a semente já havia sido plantada
e os adolescentes desobedientes afirmam nas redes que suas
vozes nunca mais serão caladas

Emerson Alcalde é ativista social e co-fundador do Slam da Guilhermina, o segundo slam do Brasil e primeiro a ser feito na rua, slammaster de outros eventos. Autor dos livros: **(A) Massa** (2011), **O Vendedor de Travesseiros** (2015) e **Diário Bolivariano** (2019). Organizou e participou de diversas antologias marginais periféricas, entre elas a Coleção Slam pela editora Autonomia Literária. Vice-campeão da Copa do Mundo de Slam de Paris.